



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA: A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO SOB A ÉGIDE DO NEOLIBERALISMO

Andreza Freire da Silva¹

Kamilla Alves Duarte²

Maria Edilma de Jesus Santos³

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a expansão do ensino superior brasileiro como mercadoria. Para tanto, analisou-se a política de educação de ensino superior no contexto neoliberal, delineado no Brasil a partir dos anos 1990. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: Educação superior; Mercantilização; Neoliberalismo.

Abstract: This article aims to analyze the expansion of Brazilian higher education as a commodity. To this end, we analyzed the education policy of higher education in the neoliberal context, outlined in Brazil from the 1990 years onwards. This is a qualitative research based on dialectical historical materialism.

Keywords: Higher education; Commodification; Neoliberalism.

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo, buscou-se refletir sobre a política de educação de ensino superior no campo das políticas sociais através das *contrarreformas* do aparelho estatal, propostas pelos organismos internacionais desde 1990 e que são gestadas no pós-1970, na tentativa de superação da crise estrutural do capital, para, a partir disso, compreender as correlações e determinações desse contexto com o direcionamento da educação superior para o mercado.

O neoliberalismo, que impera no mundo, desempenha uma influência direta sobre a educação com as propostas de regressão dos direitos sociais, “desresponsabilização” da função pública do Estado, repasse dessas funções para a sociedade e mercantilização das necessidades sociais.

1 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. E-mail:<andrezafreire30@hotmail.com>.

2 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. E-mail:<andrezafreire30@hotmail.com>.

3 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas. E-mail:<andrezafreire30@hotmail.com>.

A partir dessas considerações, a questão norteadora do presente artigo é analisar a expansão do ensino superior brasileiro como mercadoria sob a proteção hegemônica do neoliberalismo. A fim de atender a tal perspectiva, utilizou-se o materialismo histórico-dialético, pois este analisa o objeto numa contextualização sócio-histórica, estabelecendo uma relação com as determinações do real que incidem sobre ele, no caso, perceber a essência da mercantilização do ensino superior.

Ademais, utilizou-se da pesquisa qualitativa para a interpretação dos fenômenos políticos, econômicos, culturais e sociais. A bibliografia utilizada foi de autores de referência sobre os temas centrais do estudo, como as concepções de Pereira (2007), Lima (2005), Moraes (2000) Gentili (2002) Ceolin e Silva (2013) entre outros. Além disso, foram utilizados decretos, leis e documentos. Esses foram compostos pelos Censos da Educação Superior (CES) do período de 1995 a 2016. Os CES são realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC).

Para apresentar os resultados desta discussão e análise, serão destacados os seguintes tópicos: breves considerações sobre o desenvolvimento das Universidades Brasileiras e a expansão do Ensino Superior em tempos Neoliberais.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

De acordo com Silva (2013), as primeiras universidades têm início na sociedade feudal, durante o século XII, e constituíam-se em lugares frequentados por estudantes de todas as partes, denominados de *Studia Generalia*; nesses locais, necessitava-se de licença do papa, do rei ou imperador para ensinar ou conferir graus. As características das universidades na idade medieval eram: “[...] seu caráter conservador, suas polêmicas teológicas, a disputa entre nominalistas e realistas, o espírito universalista do professorado italiano, as aulas orais e a defesa de teses ao final dos estudos” (SILVA, 2013, p. 16).

Para o autor (2013), a universidade foi-se adaptando às novas condições da realidade econômica e social, sendo que a reforma protestante, a revolução industrial

e as ideias do Iluminismo influenciaram sobre as novas características dessas instituições.

No século XVIII, houve o desenvolvimento da escola enquanto pública, gratuita e universal. Baseando-se em Frigotto (2011), a gênese dessa escola ocorreu dentro do processo de ascensão da burguesia como classe social hegemônica e diante da necessidade da divisão do trabalho e do conhecimento. Mas, devido a sua própria estrutura, a escola burguesa não poderia ser universalista. Logo, tem-se uma escola mais complexa, rica e desenvolvida para aqueles que assumirão funções de direção, organização e comando, ou seja, para a classe burguesa, e outra escola, mais prática, restrita e adestrada para aqueles que desenvolverão o trabalho de execução, ou seja, para a classe trabalhadora.

Conforme Pereira (2007), a educação passa a ser um direito do cidadão com a Revolução Francesa (1789), partindo do princípio da educação como uma possibilidade para a ascensão social e da criação de uma consciência burguesa. Para a autora, o acesso a esse direito foi massificado apenas no século XX, diante da necessidade de criação de um homem adequado aos padrões de produção e consumo fordista e imunizado do fantasma do comunismo no período de Guerra Fria (PEREIRA, 2007).

De acordo com Silva (2013), o Brasil foi o último país ocidental a instituir uma universidade. Durante o Brasil colonial, existia apenas um fragmento de universidade na Bahia, que se voltava para cursos de sacerdócio, direito e medicina e que deveriam ser completados em Portugal. Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, surgiu a necessidade de modificar o sistema de ensino superior herdado da colônia. Diante da necessidade de formação de uma elite administrativa local, foram criados cursos ao molde francês das universidades napoleônicas, que fragmentavam o ensino em escolas isoladas.

Mesmo com a Proclamação da Independência (1822) e a Proclamação da República (1889), não houve significativa mudança na política de ensino superior brasileira. Silva (2013) afirma que, à época desta última, existiam apenas cinco universidades: duas de Direito (São Paulo e Recife); duas de Medicina (Rio de Janeiro e Bahia) e uma Politécnica (Rio de Janeiro).

Durante o período que se estendeu da Proclamação da República (1889) até a revolução de 1930, surgem, instituídas por empresários, as primeiras escolas de ensino superior privadas, diante da necessidade de aumentar a força de trabalho com alta escolaridade e também da influência ideológica do positivismo (SILVA, 2013). Nesse contexto, surgiram os primeiros estabelecimentos superiores com o nome de universidades, sendo a primeira, a Universidade Paraná, em 1912. Em seguida, foram criadas novas instituições como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (1920); a de Minas Gerais (1927); a de São Paulo (1934).

Na concepção do autor (2013), na década de 1960, a política universitária experimentou uma reforma no governo de João Goulart (1961-1964), que tinha por base a expansão da educação superior pública e gratuita e questionamentos à ordem capitalista. Esse projeto foi abortado pelo golpe militar de 1964, que instaurou uma nova proposta para o ensino superior.

Baseando-se em Pereira (2007), a partir da ditadura militar, as políticas educacionais nos países periféricos capitalistas passaram a ter profunda ligação com o contexto de Guerra Fria e com as doutrinas de segurança nacional. Para a autora (2007), a educação passou a ser vista como instrumento para a superação do subdesenvolvimento propagada pela ideologia desenvolvimentista no pós-Segunda Guerra Mundial, tendo o papel fundamental de “[...] propagação ideológica anticomunista, de amortecedora de tensões, além da formação de uma força de trabalho simples e eminentemente barata ao capital [...]” (PEREIRA, 2007, p. 65). Desta feita, os sistemas educacionais se estruturaram a partir de uma lógica piramidal: a base representa o nível de educação fundamental reservada às massas e o topo é formado pelo ensino superior restrito às elites.

Com as transformações societárias decorridas da crise do padrão de acumulação capitalista, no pós-1970, e com a avalanche neoliberal, a partir dos anos de 1980, Pereira (2007) expõe que houve uma intensa luta entre capital e trabalho pelo uso do fundo público, ficando privilegiados os detentores dos meios de produção. As políticas sociais que vinham sendo implementadas pelo Estado ficaram à mercê de ações focalistas e da exploração mercadológica.

Nesse contexto, políticas sociais como a de educação passam a ser

concebidas como serviço e direcionadas para a iniciativa do mercado, cuja finalidade é extração de lucro. Pereira (2007) afirma que o que se constata é a abertura da educação superior como um amplo e lucrativo espaço para grandes grupos empresariais. Para isso, o neoliberalismo assegura a existência de uma crise de qualidade da educação atrelada à ineficiente intervenção estatal. Tal fato será observado no item a seguir, que estuda a educação superior brasileira em tempos neoliberais de *contrarreforma* do Estado, momento em que o ensino superior passa por um processo de expansão quantitativa, mas sem modificar o que Lima (2005) define como as marcas da trajetória da educação superior no Brasil de monopolização de conhecimentos e de concentração de renda e poder.

3 A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM TEMPOS NEOLIBERAIS

De acordo com Moraes (2000), uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, marcada pelo aprofundamento do projeto neoliberal, tem provocado profundas transformações nas políticas sociais brasileiras diante da exigência das privatizações dos serviços e empresas públicas, bem como da redução da interferência dos poderes públicos nos empreendimentos privados.

A conjuntura socioeconômica e política apresentada logo após os trinta anos gloriosos foi um período no qual os governos de Margaret Thatcher (1979 na Inglaterra), Reagan (1980 nos EUA), Kohl (Alemanha, 1982) e Schluter (Dinamarca, 1983) inauguraram a política neoliberal. A partir dos anos de 1980, esses programas foram adotados nos países latino-americanos apoiados em ajustes econômicos propostos por organismos internacionais, em especial, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

Para Ceolin e Silva (2013), este foi um momento de transformações dos parâmetros do sistema de regulação social com ampla repercussão na órbita das políticas públicas, marcadas pelo aprofundamento da mercantilização e da regressão dos direitos sociais. No que diz respeito à política educacional, Ceolin e Silva (2013) afirmam que as reformas da educação superior têm sido uma exigência do padrão de

acumulação do Modo de Produção Capitalista (MPC) em resposta as suas crises estruturais. Essas reformas, que ocorreram no Brasil a partir dos anos de 1990, reconfiguraram a educação como um serviço privado ofertado pelo mercado, mas sob a regulação do estado.

Gentili (2002) assevera que o argumento utilizado para desenvolver o conjunto das reformas na administração pública partiu de uma direção neoliberal que compreendia o Estado de Bem-Estar Social como produtor do clientelismo, ineficácia e ineficiência das políticas sociais. Segundo os neoliberais, para a ampliação de direitos, faltava a liberdade de escolha, devendo, portanto, o mercado ser firmado como o principal responsável por nortear a sociedade, pois esse é o ambiente no qual os indivíduos podem exercer essa liberdade. O conjunto de acordos e a sustentação desse discurso fazem parte do que se popularizou como o programa *Consenso de Washington*⁴, que conduziu as reformas nos países latino-americanos.

Gentili (2002) e Moraes (2000) abordam que, para a ótica neoliberal, existe uma crise dos sistemas educacionais expressa pela incapacidade do Estado de gerenciar essa política, cabendo ao mercado a função de desenvolver a qualidade desses sistemas educacionais, mediante os critérios da competitividade. Como aponta Gentili (2002), trata-se de transferir a educação da esfera pública para o mercado, colocando em cada indivíduo – sejam professores, alunos, pais e entre outros – a responsabilidade pela qualidade da educação.

Além disso, o conjunto das reformas educacionais é portador de uma aparência de inclusão, que, de acordo com Lima (2005), parte da noção de que o acesso à educação, especialmente a tecnológica, constitui-se no passaporte dos indivíduos para a empregabilidade. Essas reformas educacionais têm os seguintes objetivos:

- (1) configurar um novo projeto de sociabilidade burguesa que naturalize o processo de mercantilização da totalidade da vida social e (2) viabilizar o movimento mais amplo do capital em crise em busca de novos mercados e novos campos de exploração lucrativa, a partir da perversa lógica de

⁴[...] uma expressão cunhada e publicada em 1990, pelo economista norte-americano John Williamson para referir-se a um conjunto de idéias e políticas econômicas defendidas unanimemente pelas burocracias econômicas norte-americanas e pelos organismos multinacionais sediados na cidade de Washington. Um consenso construído durante a década de 1980 e que condensava e traduzia as idéias neoliberais, já hegemônicas nos países centrais, na forma de um 'pacote terapêutico' para a crise econômica da periferia capitalista" (FIORI, 2001, apud PEREIRA, 2007, p. 84).

empresariamento da educação (LIMA, 2005, p. 82).

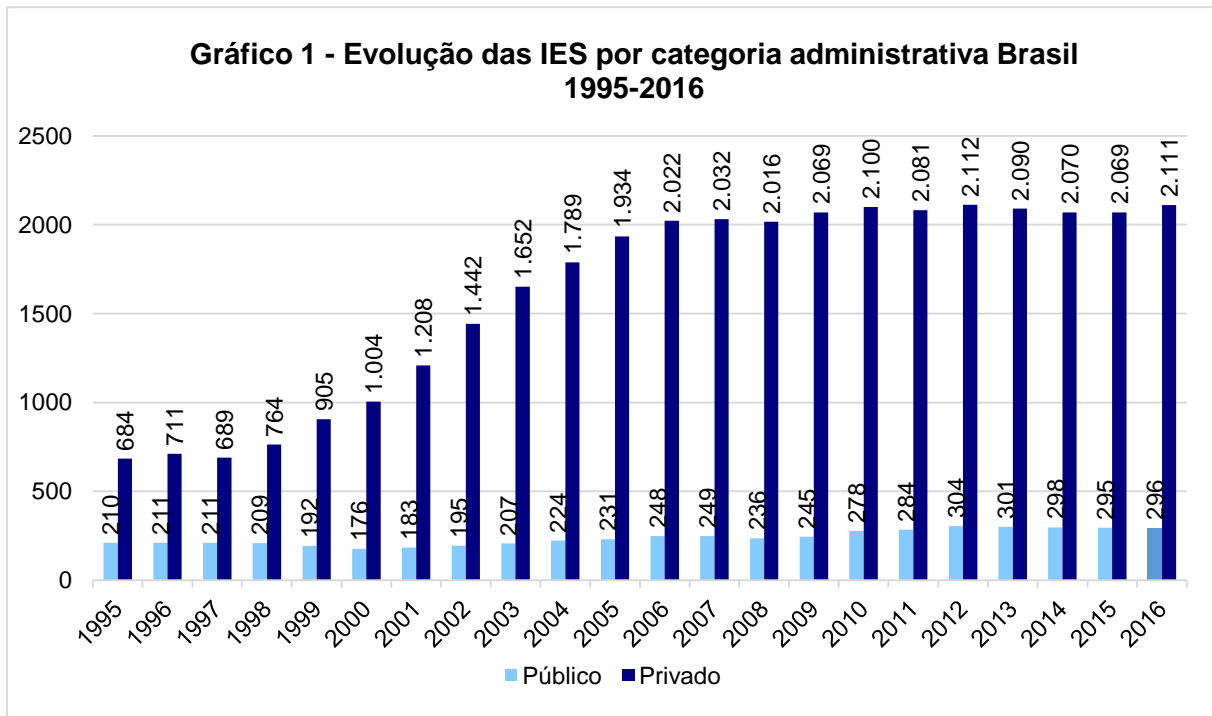
Diante desse quadro, desde a década de 1990, a política educacional de nível superior no Brasil vivencia um processo de expansão via setor privado com o objetivo de implementar um ensino possível à geração de lucros; logo, barato e rentável para o capital do ensino e, ao mesmo tempo, reproduzidor da ideologia colaboracionista.

Conforme Lima (2005), a implantação da agenda neoliberal no Brasil começou com Fernando Collor de Mello (1990-1992), executando a privatização de empresas estatais, a desindustrialização, a demissão de funcionários públicos, a inflação, o corte do financiamento das políticas públicas, entre outros. Mas foi no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso que teve início o ataque sistemático à universidade pública brasileira. Para Lima (2007), o governo FHC (1995-2002), sob a égide neoliberal, devastou durante oito anos o ensino superior público, gratuito e de qualidade; bem como o patrimônio público brasileiro.

É no primeiro ano desse governo que se inicia a reforma do Estado brasileiro através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, sob a direção do ministro Luiz Carlos Bresser Gonçalves Pereira. O documento em questão afirma que a crise de 1970-1980 é uma crise do Estado e defende uma modificação na modalidade de intervenção estatal para um padrão que assegure o crescimento, o sustento da economia e um futuro melhor (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1995). Logo, a administração pública passaria de uma administração burocrático-racional para uma administração gerencial dita moderna, racional. Constata-se, no plano, a definição do Estado como ineficiente e sobrecarregado para atender o desenvolvimento econômico-social, o qual deveria ser transferido para o mercado.

O referido plano estipula ainda que a educação – e outras áreas sociais – são atividades não-exclusivas do Estado, devendo ser realizadas por instituições privadas ou públicas não estatais (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1995). Essa proposta, que insere a educação como atividade não-exclusiva do Estado, foi concretizada ao longo da década de 1990, com o aprofundamento dos ajustes neoliberais. O resultado desse processo foi a mercantilização do ensino superior, que tornou a política educacional um ramo lucrativo para o capital, o que atraiu grupos empresariais para explorar o amplo mercado de jovens em idade escolar nos países em desenvolvimento como o

Brasil (PEREIRA, 2007).



Fonte: MEC/INEP, 2016.

O Gráfico 1 mostra uma significativa ampliação do ensino superior no país no período entre 1995 e 2016, passando de um total de 894 instituições para 2407. No entanto, essa expansão é marcada pelo crescente protagonismo do capital privado na educação superior, visto que, no período analisado, de 21 anos, o número de IES de natureza privada evoluiu em 1427. Em 1995, eram 684 IES de natureza privada e, em 2016, foram contabilizadas 2111. Já as IES públicas cresceram numa velocidade muito menor em relação às instituições comandadas pelo capital; no período observado, estas tiveram um aumento de 86 instituições, saindo de 210 IES para 296.

A transição do governo Cardoso ao de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), intelectual orgânico do Partido dos Trabalhadores (PT), não rompeu com a mercantilização do ensino superior; ao contrário, manteve a agenda neoliberal de ajuste fiscal, parcerias público/privado, políticas sociais focalizadas nos segmentos mais pobres, educação enquanto instrumento de coesão social, entre outros destacados por Lima (2005). A autora (2005) ainda assevera que, em dezembro de 2003, Lula efetiva o primeiro acordo do seu governo com o FMI ao assinar um

empréstimo de U\$ 6,6 bilhões, tendo como compromisso o superávit primário de 4,25% do PIB.

Na concepção de Pereira (2007), os governos Cardoso e Lula pautaram as reformas na educação no pressuposto de que a mesma é um *bem público* e, por isso, um direito tanto da iniciativa pública quanto privada. No tocante ao governo Lula, Pereira (2009) destaca que a mercantilização do ensino superior é revestida de um verniz democratizante do acesso ao nível superior de ensino que se apoia em quatro meios:

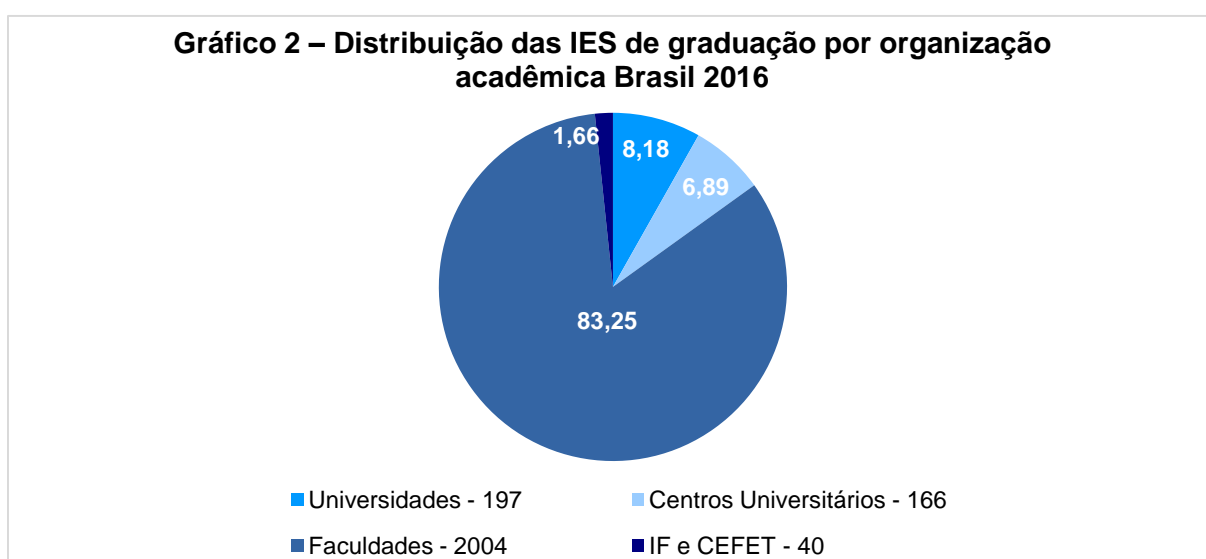
- a) participação do setor privado presencial, através de ampla isenção fiscal, possibilitado pelo Programa Universidade para Todos (ProUni);
- b) participação dos setores públicos e privados em ensino à distância (EaD);
- c) ampla reestruturação do sistema público de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni);
- d) reforço, na universidade pública, da lógica a mercantilização, através de parcerias público-privadas (PEREIRA, 2009, p. 272).

O governo Dilma Rousseff manteve a lógica de mercantilização do ensino superior sob a hegemonia do setor privado. Todavia, o crescimento do número de IES é relativamente pequeno em relação ao governo anterior, contabilizando-se a abertura de 30 novas instituições privadas e 12 públicas, no intervalo entre 2011 e 2016. A presidenta sancionou, em 25 de junho de 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) no qual constam 20 metas e 253 estratégias para a educação a serem cumpridas nos próximos dez anos. No que diz respeito ao ensino superior, é percebida a continuidade da proposta de expansão dessa modalidade de ensino e a previsão de 10% do PIB para a educação.

Na meta 12 do referido plano existe o alvo de elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população entre 18 e 24 anos e expandir a oferta de matrículas em pelo menos 40% novas matrículas no segmento público (BRASIL, 2014). No entanto, como demonstra BRASIL (2014), na estratégia 12.20 do PNE, consta que a ampliação do acesso ocorrerá com continuidade dos programas como Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e PROUNI, pelos quais o governo concederá o financiamento de *vagas públicas* a estudantes carentes em cursos superiores presenciais ou à distância em IES privadas;

isso significa a continuidade da proposta neoliberal para a educação de privatização do ensino superior através da parceria de financiamento público no setor privado.

Somando-se a essa questão, pode-se dizer que, no alargamento das IES, existe uma predominância, quanto à organização acadêmica, de instituições *não-universitárias*. Estas são, de acordo com Pereira (2009), instituições que apenas transmitem conhecimento, ou seja, sua prioridade é o ensino, em detrimento da pesquisa e da extensão. Conforme se observa no Gráfico 2, esses estabelecimentos de ensino totalizam 90,14% das IES em 2016, pois, de acordo com a autora (2009), são representados por faculdades e centros universitários.

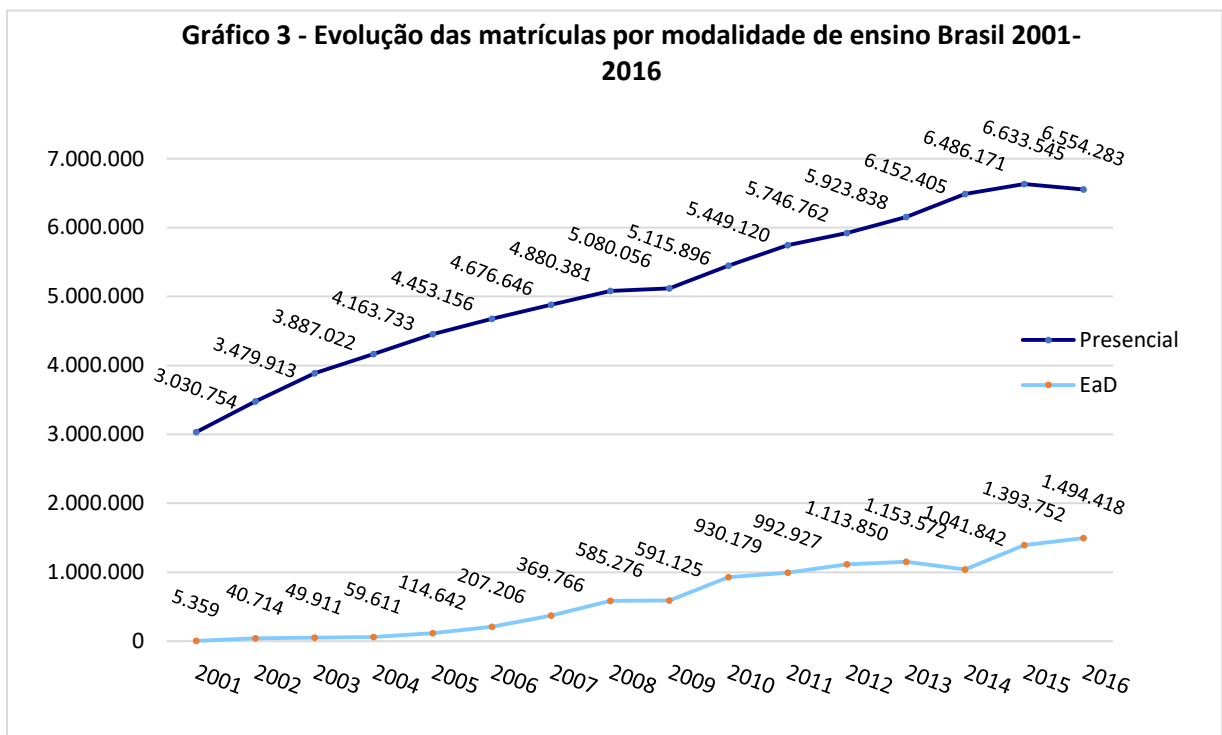


Fonte: MEC/INEP, 2016.

Conforme observado no Gráfico 2, em 2016 existia um total de 2.407 IES de graduação distribuídas entre faculdades (2.004), universidades (197), centros universitários (166) e IFs e Cefets (40). Em termos percentuais, isso significa que as faculdades representam 83,25%, seguidas das universidades com 8,18%, dos centros universitários com 6,89% e dos IFs e Cefets com 1,66%. Dentro desse universo de organizações acadêmicas, fica evidente a preferência do setor privado por atividades de menor custo e mais lucrativas como as instituições *não-universitárias*. O censo de 2016 mostra que, nesse ano, o maior número de centros universitários, o total de 93,97% dos 166 centros universitários, e o maior número de faculdades, o total de 93,11% do total de 2.004 faculdades, estão vinculados ao setor privado. Por outro lado, as universidades estão distribuídas, em sua maioria, no setor público com um

percentual de 54,82% das 197 universidades do país em 2016 (MEC/INEP, 2016).

Além dos fatores acima citados, outra iniciativa que corrobora para a expansão do ensino superior aqui discutida é a expansão da modalidade EaD. Diante da necessidade de formação rápida de profissionais e com a evolução das novas tecnologias, os cursos na modalidade EaD têm crescido rapidamente, acompanhados de cursos tecnológicos de menor duração, voltados à formação profissionalizante superior. Ao observar o Gráfico 3, no qual consta a trajetória do número de matrículas na educação superior por modalidade de ensino nos últimos anos, fica evidente a intensificação do crescimento desses cursos.



Fonte: MEC/INEP, 2016.

O Gráfico 3 mostra que, no período de 2001 a 2016, os cursos na modalidade EaD tiveram um crescimento de 1.489,059 de matrículas, passando de 5.359 matrículas, em 2001, para 1.494.418 matrículas em 2016, o que representa um aumento de 99,64%. No mesmo período, as matrículas na modalidade presencial tiveram um aumento de 53,75%, passando de 3.030.754 matrículas, em 2001, para 6.554.283, em 2016.

Lima (2005) afirma que a oferta de cursos de curta duração está relacionada com o perfil dos alunos – trabalhadores e os filhos dos trabalhadores da periferia do

capitalismo – o que permite o acesso desses segmentos populacionais mais pobres a educação superior. No entanto, como demonstra a autora (2005), o acesso é condicionado ao pagamento de taxas como matrículas e mensalidades, ou seja, o acesso só se realiza mediante o financiamento do próprio estudante. Isso, para a autora (2005), coloca em debate a diluição de limites entre público e privado devido à diversificação das fontes de financiamento da educação.

Cabe salientar que a expansão de vagas e matrículas em IES privadas, bem como o alargamento dessas instituições, não é a única expressão da mercantilização do ensino superior que vem ocorrendo, marcadamente, desde a década de 1990, no Brasil. Afinal, os estudos de Lima (2005) revelam que o processo de avanço dos interesses privados na área educacional ocorre de duas formas. A primeira é pela expansão das instituições privadas de ensino superior e a segunda é pela privatização interna das instituições públicas.

Na concepção de Lima (2005), a privatização interna das instituições públicas é expressa pelas parcerias entre as IES públicas e o setor privado, o que ocorre através da participação de professores-pesquisadores das universidades em projetos do setor privado e pelo uso que as empresas privadas fazem dos laboratórios e equipamentos das universidades públicas⁵. Nessa mesma lógica de parcerias entre os setores público e privado, a autora (2005) aponta que, sob o governo Lula, em 2003, ocorreu o estímulo a essa parceria entre universidades, centros de pesquisa e indústrias, além de viabilizar a captação de recursos privados para financiar atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro das IES públicas.

Outro elemento que merece destaque é a lógica produtivista inserida nas IES públicas. Lima (2005) demonstra que, durante o início do governo Lula, ocorre a articulação entre avaliação do trabalho docente com política salarial e carreira. Isso é expresso pela estruturação de pontuações diferenciadas com base na produtividade de cada docente. Essa lógica produtivista é reafirmada devido à existência da condicionalidade das avaliações de desempenho para se conceder o tempo integral ou a dedicação exclusiva do docente.

Destacam-se ainda que, nas universidades públicas, tem-se propagado um

⁵ Para Lima (2005) essa parceria é expressa na Lei de Inovação Tecnológica n. 10.973/04.

quadro de trabalho docente precarizado, pois, como evidencia Pereira (2007), o que vem ocorrendo nas universidades públicas é o reforço do professor substituto sujeito a salários inferiores e contratos precários e temporários, bem como a uma carga horária didática elevada e a renovação repetida de contratos temporários.

Por conseguinte, o papel do Estado na atual configuração do MPC tem fortes implicações na concepção da educação superior enquanto um direito. Esse posicionamento é reconfigurado através das reformas do Estado que vêm reformulando a educação superior para a privatização, sob a alegação de enfrentamento da crise estrutural do capital. Esse movimento se consolidou com FHC, perpassou o governo Lula e atingiu também o governo Dilma. Para cursos superiores da área das Ciências Humanas, como o de Serviço Social, a privatização tornou-se instrumento de forte geração de lucro, uma vez que os cursos dessa área não demandam grandes investimentos.

Os dados apresentados corroboram para o entendimento de que a expansão do ensino superior no país foi alavancada pelo protagonismo do setor privado, o que representa a metamorfose do direito à educação numa mercadoria de grande lucratividade para o capital. Com esse entendimento, encaminhamos a presente discussão para as considerações finais.

4 CONCLUSÃO

O presente artigo discutiu a mercantilização do ensino superior no Brasil em face das inflexões das reformulações das políticas de educação superior no neoliberalismo, expondo que a nova etapa do desenvolvimento capitalista trouxe profundas transformações às políticas sociais brasileiras.

Verificou-se que a política educacional de nível superior no Brasil sempre foi instrumentalizada pelos interesses burgueses e que vem passando por um processo de direcionamento ao setor privado através de duas frentes, do avanço das instituições privadas de ensino superior e da privatização interna das instituições públicas.

Em linhas gerais, constata-se que ocorreu o alargamento do ensino superior

no período de 1995-2016, processo que se acelera com o advento da modalidade EaD. Esta se volta para alunos trabalhadores e filhos de trabalhadores da periferia do capitalismo, através de oferta de cursos de curta duração.

Dessa forma, compreende-se que, na sociedade capitalista, os saberes são tratados como mercadoria. Assim, pretende-se, com este artigo, ampliar esse debate e reafirmar a defesa do ensino superior como direito.

5 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm#art7§5>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- CEOLIN, George Francisco; SILVA, Neimy Batista. Desafio da ABEPSS itinerante na defesa da qualidade na formação em serviço social. *Temporalis*, ano 13, n. 25, p. 155-179, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.cressgoias.org.br/downloads/CEOLIN_%20SILVA.pdf>. Acesso em: 11 jun. de 2014.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana G. de (Org.) *As políticas públicas para educação no Brasil contemporâneo: Limites e contradições*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011.
- GENTILI, Pablo A. A. A falsificação do consenso: Simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. Reformada educação superior nos anos de contra-revolução-neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luis Inácio Lula da Silva. 2005. Tese de doutorado em educação – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/katialima05.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2014.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior: Resumos técnicos. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- _____. Censo da educação superior 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2016.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa. As incomparáveis virtudes do mercado: Políticas sociais e padrões de atuação do Estado nos marcos do neoliberalismo. In: KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Org.). *O cenário Educacional Latino-americano no limiar do Século XXI: Reformas em Debate*. São Paulo: Autores associados, 2000. p. 13-42.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. Política educacional brasileira e serviço social: do profissionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. Tese de doutorado em Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:

<<http://teses2.ufrj.br/30/teses/619020.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

_____. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. *Katálises*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/17.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. Câmara da reforma do estado. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SILVA, Mauri Antonio da. Crítica à privatização do ensino superior no Brasil. Florianópolis: *Em Debate*, 2013. p. 7-28. Disponível em: <<http://www.editoriaemdebate.ufsc.br/2013/MAURI-SILVA-OK.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2014.